



BOLETIM SEMANAL

6 de junho de 2011

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Filiado à CUT/FENAJUFE



A hora da verdade

Participe das manifestações desta semana! O objetivo é dizer aos presidentes de tribunais que o apoio deles ao relatório de Policarpo para o PL 6613 é fundamental para a categoria

Hoje, segunda (6), os servidores do Judiciário e do MPU se reúnem em um grande ato no TJDF. Vamos marcar presença em todos os tribunais signatários do PL 6613/2009, para requerer aos presidentes o apoio ao relatório que será apresentado pelo deputado Policarpo esta semana. O TJDF será o primeiro a ser visitado.

Começa agora uma nova etapa da nossa luta. A negociação entre Judiciário/MPU e Executivo não foi feita. Não podemos mais esperar. É mais que hora de aprovar nosso projeto na Comissão de Finanças e Tributação. E, para isso, temos que traçar uma nova estratégia

que não dependa da movimentação de Peluso ou Gurgel.

Essa estratégia passa pela aprovação do relatório de Policarpo, que será apresentado ainda nesta semana, conforme o combinado com a categoria. A pressão está focada nos presidentes de tribunais, mas seu resultado refletirá diretamente no Ministério Público – Gurgel já disse várias vezes que seguirá a mesma linha do Judiciário.

Portanto, a participação de todos, independentemente de cargo ou lotação, é fundamental para o sucesso dessa pressão. Todos estão acompanhando a falta

de movimentação do STF. A saída é buscar apoio dos tribunais superiores e do TJDF. Eles não só assinaram o PL 6613/2009 como também são os responsáveis diretos pelos servidores.

Nesta semana vamos procurar cada um dos presidentes de tribunais superiores, para que eles abracem nossa causa e apoiem o relatório de Policarpo. Esse apoio facilitará a aprovação do nosso projeto na Comissão de Finanças e Tributação. Hoje, vamos ao TJDF. Amanhã, terça-feira, ao STJ. Na quarta, vamos nos encontrar no TSE e no STM. Na quinta, todos ao TST.

O motivo da GREVE

EQUIPARAÇÃO JÁ!

Aprovação dos PL 6613 e 6697
com reajuste da GAJ e GAMPU

■ Salário inicial
■ Salário final
(em R\$ ao mês)

Consultor Legislativo do Senado	23.826,00	25.000,00
Analista Legislativo do Senado	18.440,00	20.900,00
Procurador Federal	14.970,00	19.451,00
Delegado da PF	13.368,00	19.700,00
Auditor da Receita e do INSS	13.600,00	19.451,00
Pesquisador com doutorado (C&T)	8.760,00	14.175,00
Escrivão da PF	7.514,00	11.879,00
Analista Judiciário e do MP	6.551,00	10.480,00
Técnico Legislativo do Senado	13.633,00	15.563,00
Tec. Agências Reguladoras	5.500,00	7.700,00
Técnico do Banco Central	4.971,00	8.449,00
Técnico Judiciário e do MP	3.950,00	6.360,00

Deputados têm pressa para aumentar o próprio salário

Correio Braziliense mostra que reajuste dos ministros do STF está ligado ao dos parlamentares, que já pediram urgência e atendimento prioritário

Segundo a reportagem de Izabelle Torres para o Correio Braziliense, publicada na sexta, dia 3, o reajuste salarial dos ministros do STF é uma das prioridades da Câmara. O PL 7.749/2010 – de autoria do próprio STF – está pronto para ir ao plenário e já conta com três pedidos de parlamentares para que tenha atendimento prioritário, além de um requerimento de urgência para simplificar a tramitação.

Nas justificativas os deputados alegam defasagem: “Os valores se reportam a janeiro de 2009, última ocasião em que sofreram modificação, mesmo assim, sem que se repusesse a totalidade das perdas

inflacionárias”, diz Romero Rodrigues (PSDB-PB).

O PL dá reajuste de quase 15% aos ministros e estabelece aumento automático todo mês de janeiro, sem precisar submeter os novos percentuais ao Congresso. O mesmo mecanismo se aplicará aos deputados, conforme uma PEC em tramitação que equipara definitivamente o subsídio do STF aos vencimentos de congressistas, presidente da República e seu vice e procurador-geral da União.

Enquanto isso, os servidores do Judiciário e do MPU estão sem reajuste desde 2006. E os PLs que tratam disso estão parados na Câmara desde 2009.

E os servidores, nada?

Peluso defende magistrados

O presidente do STF, Cesar Peluso, recusa-se a tomar providências para aprovar o PL 6613, mas elogiou a “demonstração de união e de força” da magistratura, que pediu seu apoio ao reajuste dos subsídios, segundo matéria publicada no site da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) na última terça (31/5).

Em reunião no dia 31 no STF, os cerca de cem magistrados presentes também manifestaram apoio à proposta de Peluso de reduzir o volume de recursos para melhorar a prestação jurisdicional, conforme apurou a jornalista Bianca Nascimento.

Peluso afirmou que aquele era “um dia para ser celebrado”, já que “a magistratura percebeu que a coesão faz a força, e nós precisamos ter força, para mostrar para a sociedade que o trabalho da magistratura é um trabalho consciente, um trabalho sério e importante para a sociedade”, segundo a matéria.

Nas palavras do presidente do STF, “a magistratura e o Judiciário do Brasil funcionam muito bem, mas chega o momento de mostrar isso para a opinião pública, que a magistratura forte é essencial para o cidadão. O Judiciário é essencial na vida do cidadão para que possa cumprir bem o seu destino”.

Enquanto isso, os servidores, que também são responsáveis pela eficiência da Justiça e que a cada ano se esforçam cada vez mais para aprimorar a prestação jurisdicional, são deixados de lado pelo chefe do Poder Judiciário.

Diante de tudo isso, a solução é a união de todos em torno da nossa luta. Vamos reforçar a

GREVE

PELA EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Aprovação dos projetos de lei 6613 e 6697 com reajuste da GAJ e GAmPU